

## O AGRONEGÓCIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues  
Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí  
[silvacisantiano@gmail.com](mailto:silvacisantiano@gmail.com)

Jackeline Silva Alves  
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar  
[jackgeo17@gmail.com](mailto:jackgeo17@gmail.com)

**RESUMO:** O processo de modernização da agricultura no Brasil iniciado em 1950, e que se acentuou nas décadas posteriores 1960/1970 propiciou importantes mudanças na base técnica, com a utilização de máquinas, insumos modernos e sementes geneticamente modificados, o que consequentemente favoreceu o aumento nos rendimentos dos processos produtivos. Tais mudanças tensionaram as relações sociais de produção, ao expandir os latifundiários ocorrendo paralelo a isto, a expropriação dos povos do campo. No Brasil, historicamente a população que vive e trabalha no campo teve seus direitos sociais básicos negados (direito à terra, a saúde e à educação de qualidade), sendo por vezes negligenciados no bojo das políticas públicas voltados à garantia e manutenção da tais direitos. Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica. A modernização técnica e a presença do latifúndio, justificam a diminuição do contingente populacional no campos, situação esta, que nos discursos oficiais aparecem como justificativa, para o fechamento de escolas situadas no campo, tendo em vista o curso de manutenção e funcionamento das mesmas. Considerando os conflitos de interesses existentes no campo brasileiro, o texto aborda alguns avanços alcançados ao longo dos anos pelos movimentos sociais ligados ao campos, no que concerne à garantia do direito à educação para os povos que vivem e trabalham no campo, e também retrocessos expressos pelo fechamento de escolas do campo.

**Palavras-chaves:** Educação. Agronegócio. Campo.

**ABSTRACT:** The process of modernization of agriculture in Brazil that began in 1950, and which became more pronounced in the later decades of 1960-1970, led to important changes in the technical base. The utilization of advanced machinery, modern supplies and genetically modified seeds, consequently favored an increase in yields of productive processes. Such changes have strained the social relations of production, the expansion of latifundia vast land states caused the direct expropriation of the rural people's lands. In Brazil, historically the population living and working the agricultural fields has had its basic social rights denied (right to land, health and quality education), and are sometimes neglected in the context of public policies aimed at guaranteeing and maintaining these rights. This is a bibliographical review article. Technical modernization and the presence of latifundia tends to justify the reduction of the population contingent in the field. A situation that, in the official discourses, appears as justification for the closure of schools located in the countryside, considering their cost of maintenance and operation. Taking in consideration the conflicts of interest in the Brazilian countryside, the text addresses some of the advances made over the years by social movements linked to land labor, regarding the guarantee of the right to education for the people living and

## Building the way

working in the countryside. As well as the expressed setbacks, the direct consequence of the closure of rural schools.

**Keywords:** Education. Agribusiness. Field.

## **Introdução**

Este texto é resultado de estudos realizados desde a graduação quando se pesquisou as escolas do campo no município de Iporá - Goiás e também apresenta parte da discussão feita na dissertação, intitulada: *Caracterização das escolas localizadas no campo na Microrregião de Iporá*, defendida em maio de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí. O campo brasileiro experimentou mudanças importantes a partir de 1970, expressas por um amplo e complexo sistema que incluiu as atividades no interior da propriedade rural assim como as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas (insumos), armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas.

O Agronegócio passa a ser o modelo de desenvolvimento econômico no campo, com base na produção em grande escala (com fins de exportação). Diante do exposto, as consequências deste se traduzem, não somente na concentração da terra, mas também na expropriação do pequeno produtor e do camponês, cujos reflexos são ainda sentidos na educação no/do campo.

O texto foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, revisitando autores trabalhados durante a elaboração da dissertação, contando também com leituras complementares decorrentes de outros autores cuja reflexão nos auxilia compreender a temática proposta. Assim, os seguintes autores contribuíram para tais reflexões; Fernandes (2009), Freire (1996), Harvey (2011), Caldart (2009), Moreira (2012)

O texto é apresentado em três seções, quais sejam: introdução, desenvolvimento e conclusão. As ideias contidas encerram as primeiras propostas de educação do campo, o desenvolvimento do agronegócio brasileiro e como desdobramento desse processo o fechamento das escolas do meio rural.

## **Modelo de desenvolvimento atual e o projeto de campo**

## Building the way

Ao resgatarmos o histórico do processo de modernização do campo brasileiro, observamos que a partir da década de 1950, este passou a ser o alvo das políticas estatais, com o objetivo de aumentar a produção de produtos primários para a exportação, tendo em vista atenderem ao desenvolvimento e crescimento econômico. Naquela época, o foco consistia em aumentar a produção por meio da modernização técnica, com acréscimos da mecanização, do uso de defensivos e insumo modernos na agricultura. Estas práticas tornaram-se conhecidas no mundo como “Revolução Verde”.

Pensamos que esse processo tem grandes consequências para a educação no/do campo, implicando inclusive no fechamento de escolas ali localizadas. Isto porque, com o processo de modernização do campo, este passou a ser visto como sinônimo de lugar de produção para abastecer as indústrias mundiais.

Orientado pelos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, o capital se materializou no campo, com o discurso do aumento da produção de alimentos em grande escala, o que supostamente resolveria o problema da fome em escala mundial. Todavia, há que se considerar os interesses de determinados grupos econômicos, que estariam implícitos nesse discurso.

Para Silva (2011, p. 109) a inserção do discurso do desenvolvimento do campo por meio da produção de alimentos, “pretendia vender seus pacotes tecnológicos alicerçado na biotecnologia, agroquímicos e maquinários associados aos financiamentos estatais”.

Com a expansão do denominado Agronegócio, os camponeses acabaram sendo forçados a vender ou arrendar suas terras, deixando o campo e se estabelecendo nas cidades. Como desdobramento deste processo, ocorreu a diminuição das escolas no campo, devida à migração campo-cidade, impulsionada pelo avanço da “agricultura moderna”.

O Estado, combinado com o capital tem promovido o grande avanço do agronegócio no país, transformando principalmente os cerrados brasileiros em extensos complexos de monoculturas, especialmente para o cultivo de grãos. Harvey (2011, p. 152) afirma que “[...] por mais que muitos agentes atuem na produção e reprodução da geografia da segunda natureza que nos cerca, os dois principais agentes sistêmicos no nosso tempo são o Estado e o capital.”

O agronegócio tem inviabilizado, ainda que indiretamente, a educação no campo. Tido como modelo de desenvolvimento rural do país, cogita-se que tenha contribuído para a diminuição dos camponeses em função da concentração fundiária e da intensa utilização de

### Building the way

maquinário (arados, tratores, plantadeiras, colheitadeiras), uso de insumos modernos (pesticidas, herbicidas e fungicidas) e sementes geneticamente modificadas. Desse modo, torna-se impossível fazer uma leitura positiva desse modelo de desenvolvimento no campo, para a educação dos povos que vivem nesta e desta porção de espaço.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado, baseado na concentração de riquezas, trouxe inúmeras consequências para os povos que vivem no e do campo, entre elas a migração desta população para cidades e as manifestações, reivindicações de grupos engajados na luta pelo direito à terra, que ocorrem com frequência, por meio dos movimentos sociais, os quais buscam, além da terra para viver, uma educação no/do campo de qualidade, como forma de garantia de melhoria de vida.

Enquanto, os latifundiários são favorecidos pelo Estado e pelas instituições financeiras com a maior parcela dos créditos bancários, grande parte dos camponeses que não possui acesso a estes e tampouco os conseguem, principalmente quando se trata da obtenção de condições dignas de vida no campo, preservação de seu modo de vida e assim se desenvolverem não apenas economicamente, mas em todos os aspectos que compreende suas vidas, nos materiais e imateriais.

O desenvolvimento proposto pelo modo de produção capitalista, o qual tem sido cada vez mais ampliado, denota privilégio a uma classe que defende o que há de mais moderno, a saber, a classe dominante. Tal modelo não beneficia os camponeses e conseqüentemente reduz a possibilidade dos povos do campo de viverem no e do campo, tendo este espaço como lugar de vida, podendo inclusive ter seus filhos estudando onde residem, reforçando por meio da educação no/do campo, os valores e a cultura do meio rural.

### **Entre campesinato e agronegócio a proposta da educação no/do campo**

Para Moreira (2012) por onde passa esse eixo modernizante, o espaço brasileiro é marcado pela conflitualidade. No caso dos espaços rurais, grandes proprietários se opõem ao campesinato em torno da questão agrária. O campesinato começou a questionar a forte concentração de terra herdada do período colonial e que atravessou sem mudanças todo o século XIX. Ademais, começam a pressionar pela redistribuição e partilha mais equânime da terra,

### Building the way

equilíbrio das relações no campo e também para que modernize socialmente as relações agrárias.

A partir dessa realidade, dois modelos teóricos norteiam as discussões sobre educação no/do campo, o paradigma da questão agrária e o do capital agrário. O primeiro privilegia as questões sociais e humanas respeitando, entre outros aspectos, o modo de vida do campo pela luta e pela resistência. O segundo considera o progresso, baseado na lei do mercado, na competitividade, principalmente a inovação com base no modelo técnico – científico, acredita na metamorfose do camponês em agricultor familiar e caso não se enquadre nesse modelo, está condenado a desaparecer.

Em meio aos conflitos existentes no campo, ao longo dos anos os movimentos sociais vêm lutando pela terra e por melhores condições de vida e para que isto se efetive, há a visão de que a educação seja um elemento essencial para viabilizar a promoção do desenvolvimento no campo que não considere apenas os quantitativos econômicos, mas que ofereça oportunidades para que uma maioria tenha condições para viver e produzir no campo.

Com as mobilizações dos camponeses, os estudos relacionados à educação do campo têm contemplado em suas discussões a qualidade de ensino no campo no que se refere a conteúdos e metodologias, formação de professores. E seguem a discussão contemplando características físicas dos prédios escolares, condição de transportes, fechamento de escolas, políticas para a educação do campo, entre outros. As discussões abrangem papel do agronegócio e sua influência e consequências negativas para a educação no/do campo.

Conforme aponta Fernandes (2009), o início das propostas e discussões acerca da educação do campo data de 1997, a partir da realização do ENERA - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. Contudo, a educação do campo passou a ser pensada na perspectiva teórico e prática a partir da I Conferência Nacional, intitulada “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia, Goiás, em 1998.

A partir da elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2003, tenta-se avançar nas políticas de educação do campo. As diretrizes são documentos que partiram das discussões realizadas nesta conferência, para promover melhorias na educação do campo. Para Fernandes (2009, p. 136), “A aprovação das Diretrizes representa um importante avanço do Brasil Rural, de um campo de vida onde a escola é um espaço essencial para o desenvolvimento humano [...]”.

## Building the way

Conforme consta na Resolução CNE/CEB N.2 de 28/04/2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo, em seu art. 1º afirma que:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica e, suas etapas da educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais e suas mais variadas formas de produção de vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caçaras, indígenas e outros. (MUNARIN, 2010, p. 10).

Tomando como referência leis que amparam a Educação do campo, a primeira que pode ser citada de forma generalizada é a Constituição Federal de 1988, art. 205:

*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso)*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, em seu artigo 28, explicita que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário das escolas às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho na zona rural.” Nas diretrizes operacionais constam que,

[...] se o inciso I e II do artigo 28 forem devidamente valorizados, poder-se-ia concluir que o texto legal recomenda levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos, e na metodologia, os processos próprios de aprendizado dos estudantes específicos do campo. (BRASIL, DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2002, p. 28 – 29)

Em busca da efetivação dos direitos garantidos em lei, a educação no/do campo tem sua origem no processo marcado por conflitos entre grandes proprietários de terra e camponeses, os quais lutam para garantirem a sua sobrevivência e para resistirem, preservando e construindo seus territórios a partir da

[...] reação da população do campo que não aceita esta marginalização/exclusão, e passa a lutar pelo seu lugar social no país, construindo alternativas de resistência

## Building the way

econômica, política, cultural que também inclui iniciativas no campo da educação. (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2009, p. 21)

Uma educação de qualidade para os povos que vivem no e do campo, constitui-se em elemento imprescindível para viabilizar melhorias nas condições de vida dos camponeses. Com a educação efetivamente voltada à realidade destes, os educandos, filhos de camponeses, terão melhores e maiores condições de continuar o trabalho e sua vida no campo, preservando assim as características dos povos e dos referidos espaços e seus modos de vida.

Mesmo com todas as propostas e leis, o que temos visto acontecer é o fechamento de escolas do campo. De acordo com Zinet (2015), nos últimos 11 anos as escolas rurais diminuíram drasticamente. Em 2003 existiam no Brasil 103.328 escolas rurais, esse número caiu para 66.732 em 2015, o que equivale ao fechamento de 277 instituições rurais por mês, ou nove por dia. O referido autor afirma ainda que o cenário piorou entre 2013 e 2014, pois foram fechadas 4.084 escolas rurais, o corte de aproximadamente 340 instituições por mês ou pouco mais de 11 por dia.

Kremer (2011) em sua crítica o fechamento de escolas no campo e argumentando que, “[...] parece-nos que a desativação da escola nas pequenas comunidades faz parte deste projeto, uma vez que arranca as crianças de suas escolas em nome de uma suposta qualidade no ensino.” (KREMER, 2011, p. 177)

Os sujeitos do campo tem total direito de estudarem em escolas do campo, as quais pressupõe a valorização do conhecimento a que estão relacionados os saberes dos povos do campo é condição necessária para que ocorra a educação de qualidade. Todavia, o que tem se observado na prática são as escolas no/do campo sendo fechadas em todo o Brasil., e a justificativa é quase sempre é a baixa demanda e pelo alto custo de manutenção destas instituições.

Diante deste cenário, é possível considerar que, o que está em jogo, não é de fato a qualidade da educação a ser oferecida para educandos oriundos do campo, pois realizar este processo estando estes distantes do seu lugar, submetendo-o por vezes a longos períodos de deslocamento para transportá-los do campo para a cidade, não estaria assim, considerando as particularidades que deveriam ser levadas em conta, para promover uma aprendizagem de qualidade.

É notável a opção de governos por um campo sem gente, sem escola, para melhor consolidação do agronegócio e inviabilização do fortalecimento do campesinato por meio da

### Building the way

educação no/do campo. Souza (2010) afirma que o agronegócio é um dos fenômenos responsáveis pelo fechamento de escolas no campo e que a educação no/do campo é um elemento essencial para a recriação do campesinato

Assim, consideramos a importância dos movimentos sociais, da resistência do campesinato, bem como da necessidade de organização e força dos profissionais da educação, engajados na luta pela manutenção da escola do campo e da efetivação da educação no/do campo, vislumbrando auxiliar no fortalecimento da identidade camponesa, a qual é importante para construir um modelo de campo antagônico ao agronegócio, e que possibilite a reprodução do modo de vida camponês.

### **Considerações finais**

O agronegócio tem sido um fenômeno cada vez mais atrativo aos que vivem do campo na perspectiva da reprodução do lucro. Contudo, muitos ainda acreditam que a terra é mais que *locus* produção, mas o lugar onde se vive e tira o sustento da família.

Devido a difusão de ideologias capitalistas, a sociedade brasileira entende que o campo é inferior à cidade, esse imaginário social, tem acarretado algumas consequências para os camponeses. Alguns deles têm, dia após dia, sido expropriados de suas terras submetendo-se às imposições da agricultura capitalista, enquanto outros tem resistido por meio da luta pelo seu principal meio de sobrevivência, a saber a terra. Existem casos em que alguns voltam para a terra, como donos de lotes ou assalariados, contudo muitas na maioria das vezes eles não tem acesso à educação no/do campo e sua opção é mandar seu filho para a cidade, o qual recebe uma educação descontextualizada.

É necessário pensarmos o desenvolvimento do campo, não apenas na perspectiva do capital, mas pensar nos aspectos humanos, os quais possibilitam ao camponês, além de ter sua terra para trabalho, que ela seja também, lugar de vida. Pensar na educação no/do campo, a qual oportuniza educar seus filhos próximos de suas realidades, o que favorece manutenção e reprodução da cultura camponesa, de sua classe social.

**Referências**

BRASIL. Parecer 36/2001 da CEB/CNE – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF.

BRASIL, Constituição de 1988. *Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, cap. II que trata da educação básica, art. 28. Biblioteca digital, câmara dos deputados. 5. ed. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 3 de julho de 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Ricardo Paulo; CALDART, Roseli Salete. Primeira conferência nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. *In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.) Por uma Educação do campo*. 4. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. *In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.) Por uma Educação do Campo*. 4. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011

KREMER, Adriana. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/ SC. *In: MUNARIM, Antônio; et al. (orgs). Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas*. Insular: Florianópolis, 2011.

MOREIRA, Ruy. *Formação Espacial Brasileira: Uma contribuição crítica à geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

Building the way

MUNARIM, Antônio. Desafios teóricos e práticos. In.: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs) Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

SILVA, Fabio José da. Resgate e valorização de sementes crioulas. In.: \_\_\_\_\_ práticas, desafios e proposições para uma educação do campo no município de Goiás. Vieira: Goiânia, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália. O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no estado de Goiás. In.: SOUZA, Clara Lucia Francisca de. et al. (orgs). Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do estado de Goiás?. Goiânia: Vieira, 2010.

ZINET, Caio. *Nos últimos 11 anos, 277 escolas rurais foram fechadas por mês no Brasil.* Disponível em: < <http://educacaointegral.org.br/noticias/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-brasil/>>. Acesso em: 03 de julho de 2016